

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei nº 58/2025

Relator: Vereador José Humberto Santiago Rodrigues

Ementa:

Revoga a Lei Municipal nº 5.198, de 1º de setembro de 2017, e dá outras providências.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 58/2025 foi encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal por meio do Ofício nº 17/2025 – Gabinete do Prefeito, com o objetivo de revogar integralmente a Lei Municipal nº 5.198, de 1º de setembro de 2017.

A proposta é justificada pela constatação de vício de inconstitucionalidade na norma vigente, apontado pelo Ministério Público, conforme registrado no processo administrativo ministerial sob o nº 19.16.2122.0058551/2022-03. Diante disso, o Executivo propõe a retirada da referida norma do ordenamento jurídico municipal, em consonância com o parecer técnico-jurídico anexo ao projeto.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça apreciar a legalidade, constitucionalidade e juridicidade da proposição.

A revogação de lei com vício formal ou material reconhecido por órgão de controle externo, como o Ministério Público, encontra respaldo na Constituição Federal e nos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da legalidade e da moralidade administrativa.

Verifica-se que o Projeto de Lei está redigido dentro das normas técnicas legislativas, respeita a competência do Município e observa os princípios constitucionais pertinentes, não havendo óbices à sua tramitação sob o aspecto jurídico e legal.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, este relator se manifesta **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 58/2025, por estar em conformidade com a legislação vigente e apto a seguir para deliberação em plenário.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2025.

José Humberto Santiago Rodrigues
Membro Relator

Dalmo Assis de Oliveira
Presidente da CCJ

Israel Antônio Lúcio Neto
Membro

